

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

O PERFIL PROFISSIONAL DA GERAÇÃO Y QUE ESTÁ REVOLUCIONANDO O MERCADO DE TRABALHO

Ciências Sociais Aplicadas

Artigo de Revisão

Emilia de Bona Sartor¹.

1. Universidade do Extremo Sul Catarinense

Resumo: Este estudo tem como objetivo de apresentar as principais características da geração Y e seu comportamento dentro das organizações, o que eles querem e as dificuldades que enfrentam ao ingressar ao mercado de trabalho. No referencial teórico, buscou-se a definição de cada geração, aprofundando-se na geração Y, tema deste estudo. O objetivo foi atingido a partir de estudos realizados, utilizando-se de pesquisa exploratória com caráter bibliográfico. A pesquisa bibliográfica a partir de referências pesquisadas sobre a temática apontou as tendências que caracterizam o comportamento da geração Y. Por fim, conclui-se que as pessoas da geração Y são atraídas por organizações que consigam promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, dando flexibilidade e autonomia na execução de suas atividades.

Palavras-chave: Geração Y. Gerações. Organizações.

THE PROFESSIONAL PROFILE OF GENERATION AND THAT IS REVOLUTIONATING THE LABOR MARKET

Abstract: This study aims to present the main characteristics of generation Y and its behavior within organizations, what they want and the difficulties they face when entering the job market. In the theoretical reference, the definition of each generation was sought, deepening in the generation Y, theme of this study. The objective was reached based on studies, using an exploratory research with a bibliographic character. The bibliographical research based on references researched on the theme pointed out the tendencies that characterize the behavior of the generation Y. Finally, it is concluded that the people of the generation Y are attracted by organizations that can promote the balance between personal and professional life, giving flexibility and autonomy in the execution of its activities.

Keywords: Generation Y. Generations. Organizations.

Introdução

Estamos vivendo em um cenário de mercado cada vez mais dinâmico, competitivo e com diversos avanços no que diz respeito à globalização e tecnologia, estes estão causando diversas transformações na maneira de pensar, agir e falar das pessoas, influenciando também na forma em que a gestão de pessoas deve lidar dentro de uma organização.

Com base nas mudanças constantes que estão acontecendo no contexto organizacional, pode-se verificar o quanto é relevante estudar e compreender os grupos geracionais, estes são caracterizados como pessoas que nascem no mesmo período de tempo e compartilham das mesmas experiências, circunstâncias formando assim os denominados: *Baby Boomers*, Geração X e Geração Y (OLIVEIRA, 2016).

Este artigo nasceu de estímulos vivenciados pela autora, na sua trajetória profissional, principalmente no último ano, onde assumiu na empresa em que atua a gestão de benefícios, uma área que tem influência direta na retenção de talentos, além da retenção a mesma visa contribuir para o bem estar dos profissionais que estão inseridos na empresa, pensando na satisfação dos mesmos, surge a intenção de estudar sobre as gerações que atualmente compõem o quadro funcional da empresa.

Dentre os grupos ocupacionais existentes no mercado de trabalho a geração Y vem ganhando cada vez mais destaque em discussões e no contexto organizacional, surgindo desta forma, o interesse sobre este assunto intrigante. Caracterizar o perfil profissional da geração Y que está inserida no mercado de trabalho foi o tema delimitado pela pesquisadora, partindo-se do interesse de buscar conhecimento relativo à geração que forma a grande maioria do perfil de colaboradores da empresa na qual trabalha.

Por meio deste estudo será possível conhecer os aspectos que são considerados relevantes para a geração Y, gerando informações sobre seus anseios, desejos, satisfações, insatisfações, expectativas, dificuldades e o significado de trabalho, contribuir para que estudantes, gestores e empresas entendam melhor o perfil dos profissionais inseridos no mercado de trabalho e possibilitando a criação de soluções viáveis e assertivas na gestão de pessoas.

O presente estudo tem como objetivo principal compreender o perfil profissional da geração Y e os seus reflexos no mundo do trabalho. Os objetivos específicos são: Conceituar a geração Y conhecendo suas características e perfil de comportamento;

identificar o que atrai e os fatores que influenciam a geração Y a permanecer nas organizações; identificar o significado do trabalho para a geração Y e demonstrar os reflexos desta nova geração no mercado de trabalho.

Diante do que está sendo discutido no cenário atual, com mudanças cada vez mais constantes e em velocidade acelerada, do encontro dos grupos geracionais no mercado de trabalho e da necessidade de manter os talentos dentro da organização, constitui-se a seguinte problemática: Qual o perfil do profissional da geração Y que está inserido no mercado de trabalho?

Procedimentos metodológicos

O artigo foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica, realizada entre os meses de outubro de 2017 a junho de 2018, no qual realizou-se consultas em livros e periódicos disponíveis na internet.

Quanto aos meios de investigação, a pesquisa escolhida para este estudo é definida como bibliográfica. A pesquisa bibliográfica busca explicar e discutir sobre um tema, problema ou assunto por meio de referências publicadas tais como: livros, revistas, periódicos, congressos (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Segundo Brenner (2008), a pesquisa bibliográfica é a atividade de localização e consulta de fontes de informações que geram dados a respeito de um tema específico.

Os critérios de inclusão para os estudos encontrados foram embasados no que diz respeito à gerações e gestão de pessoas. A coleta foi efetuada com os seguintes passos: primeiro foi efetuada uma leitura exploratória de todo material selecionado, após uma leitura seletiva e aprofundada do material e por último, efetuou-se o registro das informações extraídas das fontes para elaboração do estudo.

Os dados coletados serão apresentados da seguinte forma: inicialmente será feita uma introdução acerca da importância da área de gestão de pessoas, a seguir uma conceituação de gerações e tipos de gerações presentes no mercado de trabalho e finalmente as características da geração Y, suas necessidades e expectativas dos profissionais dentro de uma organização.

Administração de Recursos Humanos

A gestão de pessoas possui um papel fundamental dentro das organizações, pois através das ações geradas por esta área pode haver reflexos na eficácia ou

ineficácia organizacional, pois há uma atuação direta na retenção, atração, desenvolvimento e motivação de colaboradores.

Na percepção de Silva (2007, p. 167): “administração de pessoal é a especialização administrativa que trata do planejamento, organização, direção e controle do setor pessoal de uma empresa.” A administração de recursos humanos contribui por meio de ações para conquistar e manter pessoas dentro da organização, trabalhando e dando o máximo de si (CHIAVENATO, 1999).

Sob o ponto de vista de Tachizawa, Ferreira e Fortuna (2004), a gestão de pessoas passou por transformações, mudou-se do tradicional departamento de pessoal na década de 50, passando pela divisão de relações industriais na década de 60 chegando à recente área de administração de recursos humanos.

A administração de recursos humanos traz um efeito impactante nas pessoas e organizações. Portanto, um fator crucial para a competitividade organizacional é a qualidade de como as pessoas são geridas dentro da empresa. Sendo que essa área é influenciada por dois aspectos: a cultura organizacional predominante e a estrutura organizacional adotada. A ARH se torna cada vez mais complexa e desafiante devido às mudanças e incertezas que vem ocorrendo com o passar do tempo (CHIAVENATO, 2003).

Atualmente há um fator importante para a competitividade das empresas que é o conhecimento. Para as empresas se tornarem bem-sucedidas precisam manter seu banco de talentos bem preparados para saber lidar com as mudanças e inovações. Para que isso aconteça o ARH deve saber reciclar e consolidar o conhecimento de seus funcionários por meio de treinamentos (CHIAVENATO, 2003).

Percebemos que a ARH foi um desafio e continua sendo, pois tudo está em constante modificação, sendo as pessoas a chave do sucesso para toda e qualquer organização.

As Gerações

Existem alguns elementos que são essências para a definição das gerações, estando ligados a condições históricas, fatores econômicos e sociais vivenciados pelos indivíduos, elementos estes que influenciam diretamente nas características das gerações.

Geração é o termo utilizado para definir no sentido de classe ou categoria de idade característica. As gerações são compostas por um conjunto de pessoas que nasceram mais ou menos na mesma época e que têm em comum uma experiência histórica idêntica ou uma proximidade cultural, foram influenciadas e se impressionaram com os mesmos eventos, desenvolvendo assim um conhecimento parecido e valores, crenças e atitudes em comum (FORQUIN, 2003; ROBBINS; 2010).

Podemos dizer ainda que o ano de nascimento não é o único e crucial fator que identifica os indivíduos da geração. Corroborando com isso Oliveira (2016) diz que, a identificação não é fácil de fazer, pois existem outros fatores que interferem na formação de indivíduo e não depende exclusivamente do ano de nascimento, sendo assim a classificação pode levar em consideração acontecimentos sociais e culturais coletivos. Vale ressaltar que alguns fatores como a globalização e os meios de comunicação, acrescentaram maiores possibilidades das pessoas de países diferentes a participarem de acontecimentos e experiências semelhantes, fazendo com que sejam alocados na mesma posição geracional (TAPSCOTT, 2010).

Atualmente muito é discutido sobre as gerações que ocupam o mercado de trabalho, hoje convivem no mesmo ambiente de trabalho as três diferentes gerações existentes que são marcadas por divergentes anseios e expectativas. Os nascidos após guerra entre os anos de 1946-1964, chamados de geração *Baby Boomers* (ROBBINS, 2005), a Geração X, nascidos entre os anos de 1965 a 1977 e a Geração Y, concebida pelos nascidos após o ano de 1978 (VELOSO; DUTRA; NAKATA, 2008).

Ainda para Oliveira (2010), é comum identificar não somente no ambiente de trabalho como no meio familiar as diferentes gerações convivendo juntas, isso tudo se dá devido ao aumento da expectativa de vida provido dos avanços científicos, melhoria no saneamento básico e crescente informação sobre saúde, as pessoas estão mais saudáveis e instruídas, possibilitando uma vida melhor e mais longa.

Para Oliveira (2016), Lombardia, Stein e Pin (2008) a classificação geracional mais divulgada e aceita nos últimos anos está dividida, como apresentado no quadro 1.

Quadro 1 – Classificação das gerações

GERAÇÃO	PERÍODO (Nascidos nas décadas)	CARACTERÍSTICA PRINCIPAIS	ÉTICA PROFISSIONAL
Baby Bombers	1940 / 1960	Estruturados Construtores	Dedicados
Geração X	1960 / 1980	Céticos Tolerantes	Focados
Geração Y	1980 / 1990	Desestruturados Contestadores	Equilibrados

Fonte: Adaptado de Oliveira (2016), Lombardia, Stein e Pin (2008).

O presente momento é muito oportuno para gerar reflexões sobre as gerações, pois a história passa por um momento singular, em que as gerações diferentes convivem reciprocamente, de forma consciente, interferindo e transformando a realidade das organizações (OLIVEIRA, 2010).

Assim, após ter compreendido que cada geração é formada por um conjunto distinto de características, influenciada por fatos históricos, econômicos, sociais e culturais, faz-se necessário apresentar um breve contexto sobre as gerações: *Baby Bombers*, Geração X e Geração Y.

Geração *Baby Bombers*

O evento que batizou a geração *Baby Bombers* foi o fim da Segunda Guerra Mundial com o lançamento da bomba atômica, no período de 1945 e 1960 gerando uma euforia mundial e um grande nascimento de crianças, que conseqüentemente definiu o nome desta geração. Os indivíduos dessa geração foram criados com um conceito de disciplina rígida, aprenderam desde cedo a respeitar os valores familiares e a disciplina nos estudos e trabalho (BRANCO, 2013; OLIVEIRA, 2010).

Os autores Veloso, Dutra e Nakata (2008) citam que os indivíduos da geração *Baby Bombers* são considerados *Workholics* (Viciado em Trabalho), valorizam status e carreira, são leais e aplicam esforços escolares para crescer dentro de uma organização. Branco (2013) complementa que eles costumam valorizar o status e a ascensão profissional.

Entretanto, em 1960 iniciou os anos rebeldes onde os jovens da geração *Baby Boomers* começaram a contestar tudo que estavam envolvidos, principalmente na

família e instituições de ensino, foram para as ruas iniciando as grandes revoluções políticas (OLIVEIRA, 2016). Este fato possibilitou mudanças, segundo Oliveira (2016, p. 86): “A geração *Baby Bombers* foi desafiada a revolucionar o mundo, contestando tradições, padrões e costumes.” Desta forma surge um novo grupo geracional conhecido como geração X.

Geração X

A geração X nasceu entre o período de 1960 a 1980, marcados pelo movimento hippie, estudantil e pela Ditadura Militar. Gostam de trabalhar com autonomia, liberdade e flexibilidade, querem desafios e oportunidades de trabalho, preferem exercer uma profissão que gostam. Outro fato relevante que afetou seu o comportamento, sua educação e suas rotinas foi o surgimento da televisão (BRANCO, 2013; OLIVEIRA; 2016).

O desenvolvimento destes jovens nas condições apresentadas na época facilitou a busca por estabilidade financeira, alcançando a maturidade e independência rapidamente, e assim constituíram uma família exemplar. Uma geração que priorizava o trabalho, marcada pelo pragmatismo e autoconfiança em suas escolhas (OLIVEIRA, 2010).

Os movimentos da época fizeram com que essa geração desejasse um estilo de vida mais leve. A geração X quer um ambiente de trabalho mais informal, hierarquia menos rigorosa, estão dispostos a trocar aumento salarial e outros benefícios para ter momentos de lazer e convivência com a família (ROBBINS, 2005; VELOSO; DUTRA; NAKATA, 2008).

“As dificuldades e desafios enfrentados pelos jovens nas décadas de 1960 e 1970 criaram uma série de comportamentos e transformaram a maneira de educar as gerações seguintes” (OLIVEIRA, 2016, p. 82), o autor comenta ainda que “... querem proporcionar aos filhos tudo que desejaram na juventude, mas não conseguiram realizar.”

A geração X foi desafiada a facilitar o mundo, criando tecnologias e organizando os novos padrões e costumes na sociedade (OLIVEIRA, 2016). Uma geração que foi capaz de grandes feitos, modificando a forma de trabalho deixando mais fácil e rápido.

Geração Y

Uma geração que surgiu em um época de liberdade política, democracia e prosperidade econômica, onde não existiu uma grande ruptura social, entretanto são fortemente influenciados pelo surgimento de novas tecnologias, da internet e do excesso de segurança. A geração Y ou Millenium é composta por pessoas nascidas entre 1980 a 2000, a nomenclatura da geração está relacionada ao fato da letra Y ser considerada uma das principais letras na época em que nasceram (LOMBARDIA; STEIN; PIN, 2008, OLIVEIRA; 2010)

Já na visão de Branco (2013) eles possuem ética e valores próprios, vivem conectados, são bem informados, a vida profissional e pessoal formam um todo, gostam de trabalhar, mas valorizam a saúde, cultivar bons relacionamentos, a família e o lazer.

Oliveira (2010) acrescenta ainda que a Geração Y é composta por filhos de geração de mães independentes emocional e financeiramente e com uma vida profissional ativa, em que o modelo de família padrão foi substituído por uma organização que não necessariamente é representada pelo pai ou pela mãe presente, fato este que modificou a forma de pensar da geração, trazendo na bagagem a flexibilidade e adaptabilidade.

Além disso, a infraestrutura de facilidades proporcionada pelos pais desta geração criou uma relativa dependência, fazendo com que adiassem a independência financeira e formação da família, sendo comum jovens com mais de 30 ou 35 anos morando com seus pais, isso ocorre também pela falta de condição de manter as facilidades que já estão acostumados (OLIVEIRA, 2016).

Seus comportamentos são influenciados pelo surgimento de diversas tecnologias de entretenimento e comunicação, permitindo-lhes acesso a bilhões de pessoas, um conteúdo dinâmico, mutante e absolutamente diversificado, possuem uma facilidade e intimidade para dominar todo e qualquer equipamento novo, nada com relação a novas tecnologias parece intimidá-los (OLIVEIRA, 2010).

“O grande desafio da geração Y agora é inovar, aproveitando o legado recebido das gerações anteriores e preparando o próprio legado para a próxima geração – afinal cada geração transforma e influencia a próxima” (OLIVEIRA, 2016, p. 86).

Características de Geração Y

As características da geração Y têm forte influência na tecnologia e internet, em que há um ritmo acelerado de mudanças, rapidez de acesso à informação e à interatividade. Sendo assim, para Oliveira (2016) a geração Y tem como principais características: questionamentos constantes, ansiedade e impaciência em quase todas as situações, ideias e pensamentos superficiais, viver intensamente a cada experiência e ser ambíguo e transitório em suas decisões e escolhas.

Os autores Calliari e Motta (2012) acrescentam ainda que os jovens da geração Y estão sempre conectados; procuram informação fácil e rápida; digitam ao invés de escrever; são extremamente curiosos, vivem em redes de relacionamento virtual; compartilham tudo o que é seu; buscam estar atualizados com a tecnologia e possuem um grande fluxo de informações, diariamente.

São impacientes e imediatistas, inclusive com eles próprios, reflexo da tecnologia, estavam acostumados a usar o computador e cresceram em meio à velocidade e a uma enxurrada de informações, sendo capazes de executar várias tarefas ao mesmo tempo, desta forma planejam rapidamente suas decisões sem gastar muito tempo (BRANCO, 2013).

Segundo Oliveira (2016), os jovens desta geração priorizam: reconhecimento constante, novos sonhos, realização, novas experiências, independência de escolhas, diversão com amigos, opção de padrão informais e flexíveis, individualidade como forma de expressão e ampliação de rede de relacionamento. Eles valorizam a qualidade de vida, amam trabalhar, mas não querem ser refém do trabalho, são voltados para resultados, são imediatistas, ousados, ágeis e proativos (CALLIARI, MOTTA; 2012).

Os jovens da geração Y são questionadores, reflexo de uma infância em um ambiente interativo, com muitos desafios e infinitas possibilidades de opções e pontos de vistas apresentados principalmente pela tecnologia, entretanto, são vulneráveis pois não possuem referências suficientes para agir com todas as habilidades e informações que conseguem, em um curto período (BRANCO, 2013).

“A geração Y foi acostumada a receber elogios dos pais e professores, mesmo quando não apresentaram bons resultados. Portanto é uma geração que não pode errar e com isso não desenvolveu a capacidade de aprender com os erros, assumir a responsabilidade pelo seu desempenho e de aceitar o fracasso”.

Uma geração que possui autoestima elevada, querem ter infinitas oportunidades, muito autonomia para realizar suas atividades dentro de uma organização. São as primeiras a desenvolver por absoluto a competência foco em resultados, entretanto é importante mostrar para eles, com clareza, o resultado a ser atingido (BRANCO, 2013; OLIVEIRA; 2016).

Outra característica que deve ser levada em consideração é a da multifuncionalidade. Segundo Lipkin e Perrymore (2010), eles são multifuncionais, ou seja, conseguem realizar diversas atividades e se comunicar com diferentes pessoas ao mesmo tempo, sem perder a questão da produtividade. Sendo assim, as organizações devem saber aproveitar estas características, pois se trata de um dos grandes diferenciais dessa geração.

A geração Y possui um perfil bem diferenciado, são silenciosos e contundentes, sabem exatamente o que querem, eles não reivindicam, executam por meio de suas decisões, não polemizam e simplesmente agem. São pessoas com muita iniciativa e possuem grande capacidade de resolver problemas (LOMBARDIA; STEIN; PIN, 2008).

Outro atributo importante que marca esta geração está relacionado ao fato de serem adeptos ao trabalho voluntário e de possuírem compromissos por missões sociais e ambientais (BRANCO, 2013). Oliveira (2010) complementa ainda que a geração Y possui maior preocupação e comprometimento com questões sociais, éticas e ambientais.

A geração Y possui características bem peculiares formadas pela educação e novos contextos familiares, que influenciaram diretamente no comportamento e está modificando o mercado de trabalho conforme demonstrado a seguir.

A geração Y nas organizações

Na visão de Branco (2013) a geração Y possui como principais expectativas no trabalho: promoção de desafios importantes, balanceamento de delegações claras com liberdade e flexibilidade, oferecimento no aumento de responsabilidade como recompensa pelo sucesso, ter mais tempo para conhecer membros de sua equipe e suas capacidades, promoção de treinamento continuados e oportunidades de aprendizagem, estabelecimento de relação com mentores, um ambiente de trabalho agradável, criativo com baixo nível de estresse, foco no trabalho sem perder o lado

pessoal e o bom humor, ser respeitoso e exigir respeito, promoção de feedbacks construtivos e constantes e ser recompensado pelo bom trabalho.

Segundo Calliari e Motta (2012), querem ter a possibilidade de trabalhar em projetos pessoais, menos formalismos, mais trabalhos em grupo, diálogo constantes, horários flexíveis, possibilidade e tempo para cuidar da própria saúde, apreciam a remuneração variável, benefícios, recompensas e outras formas de premiar suas atuações. Procuram equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, quando ingressam em uma organização questionam os valores, as normas e os padrões de comportamento vigentes, exigem mudança na cultura e realidade organizacional (BRANCO, 2013).

Os jovens da geração Y procuram por organizações que lhes proporcionem mais oportunidades, desafios e crescimento profissional, ambientes que possam ter mais liberdade e flexibilidade, tanto na maneira de se vestir, como na comunicação e nos horários de trabalho, fatores estes que interferem na hora de escolher a empresa que pretendem trabalhar (CALLIARI; MOTTA, 2012; OLIVEIRA; 2016)

Branco (2013, p. 40) ressalta que “eles gostam de receber altos salários, querem desenvolver atividades que tenham valor significativo, que faça a diferença e lhes proporcione um papel relevante.” Lembra ainda que ao ingressarem no mercado de trabalho têm metas ambiciosas, almejam sucesso financeiro e valorizam os bens materiais. Já na visão de Lombardia, Stein e Pin (2008), a remuneração deve estar relacionada aos resultados e possuem expectativa salarial alta, a fim de manter um elevado padrão de vida.

Para Lombardia, Stein e Pin (2008) há três aspectos importantes que uma organização precisa levar em consideração para gerenciar profissionais da geração Y, que são: possuir um clima cosmopolita, existir expectativa de carreiras tão motivadoras quanto à remuneração e ter garantia de autonomia profissional, isso garantirá um desempenho de excelência.

Segundo Branco (2013) devido ao contexto familiar em que a geração Y teve, onde eram acostumados a ter tudo que desejam, ganhavam sem merecimento e não se responsabilizam pelos erros cometidos, os mesmos possuem algumas dificuldades ao ingressar no mercado de trabalho conforme citado a seguir: aceitar outras opiniões ou ponto de vista; receber feedbacks negativos ou críticas; assumir responsabilidades pelos seus próprios erros e aprender com eles sem culpar outras pessoas; aceitar

trabalhos menores no início de carreira; esperar que a empresa se adapte às necessidades ao invés de se adaptar às necessidades da empresa e focar no presente.

Devido à geração Y possuir um perfil questionador os gestores precisam ajudar estes jovens a darem significado e aplicação a essas experiências, às quais estão dispostos a se submeter, levando em consideração os seguintes questionamentos: para que serve esta informação? o que você vai fazer com ela e como ela poderá ser aplicada? (BRANCO, 2013).

Os jovens da geração Y buscam trabalhar em organizações que possuem políticas voltadas para responsabilidade ambiental e social, isso está relacionado ao fato de crescerem ouvindo que podiam fazer a diferença quando estivessem ligados a causas ambientais, econômicas e sociais (BRANCO, 2013).

Ainda que haja diferenças entre as gerações, gerir os novos ingressantes ao mercado de trabalho é fundamental para as organizações, pois são eles que garantirão a continuidade da mesma no longo prazo e substituirão os profissionais mais antigos e com seu perfil diferenciado estão mudando o jeito de agir das organizações (ROBBINS, 2010).

Considerações finais

A geração Y vêm ganhando cada vez mais espaço no mercado de trabalho: é um novo perfil, com características específicas e que, muitas vezes, podem ocasionar um choque cultural nas organizações. Essa geração traz consigo uma nova maneira de compreender o trabalho e a própria vida e, por conta disso, está começando a transformar o mundo do trabalho.

Diante da realidade exposta acima, buscou-se entender o contexto social, histórico e cultural, as diferenças e características das gerações *Baby Boomers*, X, Y, apresentando os pontos fortes de cada grupo geracional, além do ambiente de trabalho. Com base nos estudos de outros autores, percebe-se que a entrada da Geração Y no mercado de trabalho está acarretando diversas mudanças e transformações, inclusive no que diz respeito ao conceito de Gestão de Pessoas.

Os objetivos do artigo foram alcançados, pois foi possível elucidar o que satisfaz a geração Y dentro da empresa. Para estes sujeitos, é importante haver um relacionamento amigável, com respeito, acolhimento e conversa, entre todas as pessoas da organização. Dando a eles sentimento de liberdade e flexibilização.

Entende-se que estes sujeitos procuram ganhar dinheiro trabalhando naquilo que gostam.

Nesse sentido, ao ingressarem nas empresas tendem a trazer uma nova forma de envolvimento com trabalho, focado no desenvolvimento, crescimento e realização profissional, desde que possam também usufruir do tempo para o lazer. Também investem em estudos, treinamentos e cursos no processo de aquisição de novos conhecimentos e desenvolvimento. A partir do exposto nesse artigo e por ter alcançado os objetivos propostos, é passível de se compreender a importância de tal temática, tanto para os gestores, quanto para as empresas de modo geral.

A compreensão desse perfil profissional da geração Y, pode permitir novas possibilidades de atuação, favorecendo a área de gestão de pessoas no que se refere ao comportamento humano dentro das organizações de trabalho. Conhecer as características predominantes da geração Y é pensar sobre o futuro. As empresas que desejam atrair e reter os talentos devem ficar atentas ao perfil profissional da geração Y, pois eles estão definindo a maneira de se trabalhar. Para a pesquisadora, foi muito gratificante a realização desse artigo, pois se identifica muito com a geração Y.

Considera-se este trabalho uma contribuição inicial para promover o interesse e a possibilidade de futuros estudos. Sugere-se para futuras pesquisas: estudos acerca da visão dos gestores sobre o perfil profissional da geração Y, um estudo aprofundado acerca dos aspectos que a geração Y valoriza na vida, estudos sobre o comprometimento organizacional da geração Y e pesquisa sobre a geração Y nos cargos de liderança.

Referências

BRANCO, Viviane Formosinho Castello. **A geração Y nas organizações**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2013. 196 p.

BRENNER, Eliana de Moraes. **Manual de planejamento e apresentação de trabalhos acadêmicos**: projeto de pesquisa, monografia e artigo. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 66 p.

CALLIARI, Marcos; MOTTA, Alfredo. **Código Y**: decifrando a geração que está mudando o país. São Paulo: Évora, 2012. 192 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos**: fundamentos básicos. 4. ed. São Paulo: 1999. 205 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999. 457 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Remuneração, benefícios e relações de trabalho**. São Paulo: Atlas, 2003. 246 p.

FORQUIN, J. C. **Relações entre gerações e processos educativos**: transmissões e transformações. Congresso Internacional Co-Educação de Gerações, São Paulo, SESC, 2003. Disponível em: <<http://www.sescsp.org.br/sesc>> Acesso em: outubro de 2017.

LIPKIN, A. Nicole; PERRYMORE, April. **A geração y no trabalho**: como lidar com a força de trabalho que influenciará definitivamente a cultura da sua empresa. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 232 p.

LOMBARDIA, Pilar García; STEIN, Guido; PIN, José Ramón. Quem é a geração Y. **HSM Management**, São Paulo, n. 70, set./out. 2008.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THÈOPHILO, Carlos Renato. **Metodologia de investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 266 p.

OLIVEIRA, Sidnei. **Gerações**: encontros, desencontros e novas perspectivas. São Paulo: Integrare, 2016. 240 p.

OLIVEIRA, Sidnei. **Geração Y**: o nascimento de uma nova versão de líderes. 3. ed. São Paulo: Integrare, 2010. 152 p.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. 14 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 316 p.

SILVA, Adelphino Texeira da. **Administração básica**. 4. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2007. 273 p.

TACHIZAWA, Takeshy; FERREIRA, Victor Cláudio Paradela; FORTUNA, Antônio Aldredo Mello. **Gestão de pessoas**: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 346 p.

TAPSCOTT, Don. **A Hora da Geração Digital**: como os jovens que cresceram usando a internet estão mudando tudo, das empresas aos governos. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010. 544 p.

VELOSO, E.F.R; DUTRA, J.S; NAKATA, L.E.; **Percepção sobre carreiras inteligentes**: diferenças entre as gerações Y, X e baby boomers. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2008.

Dados para contato:

Autor: Emilia de Bona Sartor

E-mail: emilia_ssartor@hotmail.com

PARQUE URBANO EM BRAÇO DO NORTE - SC: UMA PROPOSTA DE SUSTENTABILIDADE

Ciências Sociais Aplicadas

Artigo Original

Fellipe Wiggers lung¹; Fábio Boeing²; Richard da Silva¹

1. Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE);

Resumo: Parque Urbano é uma tipologia de Áreas Livres na cidade. Portanto, o presente estudo traz um breve panorama dos Parques Urbanos do mundo e no Brasil, objetivando, de forma contextualizada com Braço do Norte, cidade de pequeno porte, destacar a importância deste equipamento público para a construção de sua sustentabilidade urbana. O presente estudo se fez por meio de pesquisa bibliográfica que incluiu obras clássicas da literatura do urbanismo e das ciências ambientais, bem como, pela realização de saídas a campo para visualização *in loco* da área em que se prevê a implantação do Parque Urbano. Constatou-se com o presente estudo, que a exemplo de outras Áreas Livres, a implantação deste Parque Urbano configura-se como um componente da *urbe* que atende as premissas da sustentabilidade urbana.

Palavras-chave: Parque urbano. Braço do Norte. Sustentabilidade urbana.

URBAN PARK IN BRAÇO DO NORTE – SC: A PROPOSAL FOR SUSTAINABILITY

Abstract: Urban park is a typology of Open Spaces in the city. Therefore, this study brings us a brief overview of Urban Parks in the world and in Brazil, focusing the context in the city of Braço do Norte, small town, highlighting the importance of public infrastructure to build their urban sustainability. This study was done by bibliographic research that included classic works of literature of urban and environmental sciences, as well as the realization of fieldworks to analyses the area where it is intended to implement the Urban Park. It was found with this study, the importance of implementing the urban park to reach the premises of urban sustainability.

Keywords: Urban park. Braço do Norte. Urban sustainability

Introdução

Na contemporaneidade, há uma expressiva parcela da população que reside e desenvolve suas atividades econômicas nas cidades, tornando as sociedades urbanas cada vez mais complexas. Este fenômeno demográfico, produz,

consequentemente, o expressivo aumento das cidades, transformando o espaço urbano cada vez mais inchado e devastado pelo excesso de população.

Como consequência deste fenômeno socioespacial, se estabelece nas cidades brasileiras, uma realidade precária, caracterizada pela manifestação visível de problemas socioambientais, a exemplo de: segregação socioespacial, desigualdade econômica, violência, uso e ocupação desordenada do solo urbano, supressão de ecossistemas naturais, formação de ilhas de calor que geram microclima, poluição que se manifesta com as mais variadas formas, impermeabilização do solo, assoreamento de canais fluviais, enchentes, etc.

Diante do exposto, constata-se que a problemática que se manifesta nos espaços urbanos, sobretudo de países emergentes e periféricos, como o Brasil, por exemplo, é complexa, e que assim, suas possíveis soluções demandam atenção não apenas dos poderes públicos, mas, também, da academia mediante pesquisas que apontam, pautadas num tema transversal e transdisciplinar, a sustentabilidade socioambiental urbana. Portanto, a presente pesquisa é relevante, pois objetiva descrever a importância de um parque urbano para Braço do Norte, cidade de pequeno porte localizada no Sul de Santa Catarina.

Para tanto, um estudo desta natureza se justifica por alguns fatores, dentre os quais, podemos destacar, a contribuição da academia com pesquisa de cunho socioambiental e urbanístico. Todavia, sua relevância também está em descrever questões sobre a importância de um parque urbano para uma cidade, que, embora com população pequena, 29.018 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), contempla com serviços ambientais suas dimensões sociais, físicas e biológicas.

No Brasil, país com vasta rede urbana, constituída por 5.570 municípios segundo o IBGE (2013), as cidades carecem de áreas livres (jardins, praças, parques e florestas), sendo que, associado a este *déficit*, sua vegetação nativa encontra-se em contínuo processo de extinção (SILVA, 2002). Diante do exposto, verifica-se que estudos desta natureza, aliado à implantação de parques e outras áreas livres, configuram-se como um exemplo prático de ação que contempla as premissas da sustentabilidade. Assim, ao considerarmos que, de acordo com o IBGE (2010), 23.383 habitantes do município residem no meio urbano, e, que, não há um único parque

nesta cidade, é fácil concluirmos que Braço do Norte padece da necessidade por esta tipologia de equipamento público urbano.

Procedimentos Metodológicos

A metodologia adotada no presente artigo constitui-se, em primeiro lugar, na realização de pesquisa bibliográfica sobre os diversos temas adotados durante o decorrer da pesquisa, possuindo como base livros, pertencentes à biblioteca universitária do Unibave e disponibilizados *on-line* por instituições; artigos e teses de defesa de mestrados, publicados anteriormente, disponibilizados por bases de dados eletrônicas (SciELO) ou por universidades.

Em segundo lugar, a realização de pesquisa de imagens, via satélite, disponibilizadas gratuitamente pelo Google Earth; e visitas *in loco*, com auxílio de câmera fotográfica, a fim de averiguar e retratar a situação atual da área proposta pelo estudo.

Portanto, a atual pesquisa é classificada por abordagem qualitativa e possuindo procedimento técnico de natureza bibliográfica, por buscar fundamentar e exemplificar os benefícios ecológicos e à população, concedidos pela instalação de um parque urbano no centro urbano da cidade de Braço do Norte.

Pesquisa qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 26)

Gil (1991) aponta que a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e material disponibilizado na Internet.

Parques Urbanos no mundo e no Brasil: histórico e definições

Segundo Segawa (1996), os primeiros indícios de jardins e parques públicos surgiram nas principais cidades da Europa, no período do Renascimento, durante a

segunda metade do século XV e início do século XVI. Estes valores resultam da mudança da mentalidade da sociedade ocidental, que passa a incorporar novos valores, como a importância da conservação e valorização da natureza, juntamente com as transformações culturais, sociais e econômicas da época.

Desde então, esses espaços públicos urbanos passaram por diversas transformações. Surgiu inicialmente o primeiro grande modelo de jardim, o jardim italiano, que em sua fisiografia, apresentava árvores organizadas num arranjo simétrico, proporcionando ao local uma organização racional. No final do século XVII surge o modelo de jardim francês, caracterizado por geometria e uniformidade simétrica, momento em que também se consolida o modelo de jardim inglês, induzindo mudanças na linguagem geométrica do jardim francês (FERREIRA; GONÇALVES, 2005).

No final do século XVIII, surgiram os primeiros espaços ajardinados projetados para o uso público. Porém, ainda assim os jardins e parques reais eram abertos ao público somente em ocasiões especiais. Para tanto, a França, era na ocasião, o único país em que os espaços ajardinados foram abertos sem nenhum tipo de restrição ao público (SANTUCCI, 2003).

Após as transformações sinalizadas pela Revolução Industrial no século XVIII, juntamente com a expansão das cidades e a conseqüente devastação das florestas, que o interesse sobre jardins e parques surgiu, associados pela primeira vez ao lazer, como um contraponto à sociedade industrial. Os parques urbanos passam a ser fragmentos da natureza em meio à cidade, a fim de aliviar seus crescentes problemas socioambientais (SANTUCCI, 2003).

Essa associação de lazer e recreação à uma área com predomínio de elementos naturais, principalmente vegetação, torna o local um parque urbano. Segundo Lima (1994, p.545) parque urbano é definido como “[...] uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, entretanto com uma extensão maior que as praças e jardins públicos [...]”.

Na Europa, durante os anos de 1850 e 1860, tem-se o momento em que os parques realmente começam a ganhar importância, principalmente em Paris. A natureza nos olhos da população, começa a deixar de ser vista como ameaçadora, e passa a ser fascinante. Os parques da época, tinham como base o ideal paisagístico, possuíam grandes extensões, no qual a natureza dominava o terreno, e o ambiente

construído passa a ser visto somente como uma projeção ao fundo (FERREIRA; GONÇALVES, 2005).

No fim do século XIX, devido à necessidade da expansão urbana aliada ao novo ritmo de trabalho, inicia-se um momento de interesse pela implantação de novos parques, que atendam à demanda por equipamentos de recreação e lazer, pois são considerados espaços que representam oásis de ar puro, de contemplação e estímulo do imaginário das pessoas. Assim, os parques urbanos são áreas que verdadeiramente aliviam o estresse produzido pela sociedade urbana (SCALISE, 2002).

No Brasil, a implantação de áreas verdes surge no Rio de Janeiro ao final do século XVIII, e no próximo século passa a fazer parte da organização de diversas cidades. É neste período que o país começa a se estruturar como nação, e moderniza-se para desempenhar suas funções administrativas (TERRA et al, 2004).

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira passou por inúmeras transformações econômicas, sociais e culturais, o que ocasionaram maior interesse pela sociedade aos parques urbanos, em busca de maior interação com a natureza, lazer e recreação ao ar livre. Como resposta a este interesse, foram criados o Parque do Ibirapuera em São Paulo e o Parque do Flamengo no Rio de Janeiro, que até os dias atuais, configuram-se como os maiores exemplares de parques urbanos do Brasil (FERREIRA; GONÇALVES, 2005).

Outro grande exemplo de área livre urbana no Brasil é o Parque Nacional da Tijuca, localizado no Rio de Janeiro, que é considerada a maior floresta urbana do mundo. Composta atualmente por 3.953 hectares, a Floresta da Tijuca, como é conhecida, foi totalmente devastada pelo plantio de café no século XVIII, passando por diversos processos de reflorestamento desde o ano de 1861, fenômeno que o configurou nos dias atuais numa imponente Floresta Urbana, com jardins internos caracterizados pelo modelo inglês, devido à influência da época, contendo pontes, lagos e mirantes (FERREIRA; GONÇALVES, 2005).

Parque Urbanos: uma proposta de sustentabilidade

Considerando a relação homem-natureza desde o surgimento da espécie, Hardt (2000) comenta que o ser humano desconhecia os processos naturais, assim extraia da natureza somente o básico para sua sobrevivência. Portanto, os impactos

causados à natureza nessa época, dada a sua escala, são mínimos. Com o passar do tempo, a dependência em relação aos recursos naturais aumentou, evoluindo, assim, seus conhecimentos sobre a natureza.

A Revolução Industrial, e suas transformações sociais e no modo de produção, foi um fenômeno indutor de grandes impactos sociais e ambientais, portanto, socioambientais. Na atualidade, os avanços advindos do início da industrialização são marcantes e sinalizam entropias que se manifestam em esfera global, pois o mundo experimentou um modelo de vida urbana que aliou crescimento populacional a um modelo exploratório dos recursos naturais.

Verifica-se, portanto, que danos expressivos de ordem ecológica e/ou socioeconômica, alguns em escala mundial, possibilitaram a reinterpretação de questões fundamentais à sobrevivência humana, tornando necessária a revisão da base racional economicista e dos valores de forma mais ampla, com inclusão de princípios éticos, culturais, sociais etc. (HARDT; HARDT; OBA, 2002, p.2).

De acordo com Rodriguez (1997), a sustentabilidade dentro dos limites da capacidade de manutenção dos sistemas ambientais, compreende a gestão de recursos e serviços no sentido de assegurar, a partir da orientação de transformações tecnológicas e institucionais, a satisfação permanente das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. O tema possui uma vasta abrangência e de acordo com Acsehrad (2001) diversas matrizes podem ser vinculadas à noção de sustentabilidade:

[...] a matriz da eficiência, que pretende combater o desperdício da base material do desenvolvimento, estendendo a racionalidade econômica ao “espaço não-mercantil planetário”; da escala, que propugna um limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão que ele exerce sobre os “recursos ambientais”; da equidade, que articula analiticamente princípios de justiça e ecologia; da auto-suficiência, que prega a desvinculação de economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos de mercado mundial como estratégia apropriada a assegurar a capacidade de auto-regulação comunitária das condições de reprodução da base material do desenvolvimento; da ética, que inscreve a apropriação material do mundo material em um debate sobre valores de bem e de mal, evidenciando as interações da base material do desenvolvimento com as condições de continuidade da vida e do planeta (ACSELRAD, 2001. p. 27).

Em busca de alternativas para alcançar a sustentabilidade, houve o desenvolvimento científico em inúmeros campos, inclusive aos relacionados ao meio urbano. Juntamente com as transformações da sociedade brasileira durante as décadas de 1960 a 1980, os parques acabam por se tornar foco das políticas públicas, adquirindo grande notoriedade (BARCELLOS, 1999).

Esses equipamentos públicos urbanos passam a ter importantes papéis na *urbe*, contribuindo para o bem-estar da população, conforme especifica o Quadro 1, evidenciando principalmente sua utilização como estratégia de conservação dos recursos naturais, principalmente de remanescentes de vegetação em áreas sob pressão dos impactos decorrentes dos processos de urbanização. Os parques urbanos estão voltados para o uso da população, proporcionando-lhes melhoria das condições de vida, independentemente de sua classe social (GOMES, 2014).

Quadro 1 – Principais benefícios das áreas verdes.

Fatores urbanos		Principais formas de degradação		Principais benefícios das áreas verdes urbanas
Físico	Clima/ar	Alterações micro climáticas	Deteriorização da qualidade do ar/ Poluição sonora	Conforto micro climático/ Controle da poluição atmosférica/ Controle da poluição sonora
	Água	Alterações da quantidade de água	Deteriorização da qualidade hídrica	Regularização hídrica/ Controle da poluição edáfica
	Solo/subsolo	Alterações físicas do solo	Alterações químicas e biológicas do solo	Estabilidade do solo/ Controle da poluição edáfica
Biológicos	Flora	Redução da cobertura vegetal	Redução da biodiversidade	Controle da redução da biodiversidade
	Fauna	Proliferação de vetores	Destruição de habitats naturais	Controle de vetores
Territorial	Uso/ocupação do solo	Desconforto ambiental das edificações/ Poluição visual	Alterações micro climáticas	Conforto ambiental nas edificações/ Controle da poluição visual
Sociais	Demografia Equipamentos / serviço social	Concentração populacional	Crescimento das necessidades sociais	Conscientização ambiental/ Atendimento das necessidades sociais
Econômicos	Setores produtivos Renda / ocupação	Valor e desvalorização da propriedade	X	Valorização das atividades e propriedades
Instituição	Setor público Instrumentos normativos	Redução da capacidade de gestão urbana/ Instrumental insuficiente	X	Apoio à capacidade de gestão urbana/ Instrumento de regulamentação específica

Fonte: Adaptado de Gomes (2014).

Os parques urbanos, como o Parque Nacional da Tijuca, caracterizam-se como exemplo na busca pela sustentabilidade, pois ao inserir-se no centro de uma grande metrópole, este possui um importante papel tanto para a sociedade em seu entorno quanto para o meio ecológico, pois é um redutor natural da poluição e amenizador do clima da cidade, além de contribuir para a preservação de nascentes, da fauna, da flora, contenção e estabilização de encostas, oferece a possibilidade para o turismo ecológico e lazer, por meio de passeios, caminhadas, piqueniques e recreação (FERREIRA; GONÇALVES, 2005).

Psicologia Ambiental: a busca da qualidade de vida no ambiente urbano

Com base em Valera e Pol (1994), pode-se afirmar que ao modificar um determinado ambiente, tanto de forma negativa quanto positiva, altera-se, também, a identidade da população pertencente àquele local. Pois, a identidade social urbana é formada, principalmente a partir do sentimento de pertença a um determinado local, incluindo, muitas vezes suas adjacências.

A psicologia ambiental está presente em todo local e possui relação tanto social quanto ambiental. Ela abrange e afeta as ciências ambientais em inúmeros campos. Por tal motivo, é de suma importância levar em conta a psicologia ao alterar determinado ambiente, pois a população residente naquele determinado espaço terá sua qualidade de vida diretamente afetada. A alteração em determinado ambiente ocasiona um determinado nível de pressão ambiental, que é recebida de diferentes formas para cada indivíduo, portanto, a qualidade de vida poderá ser modificada tanto positivamente quanto negativamente.

Um indivíduo, ao residir em um determinado local, acaba criando um vínculo de apego à sua casa e o seu entorno, pois acompanha as mudanças que ocorrem naquele determinado espaço, sejam elas positivas ou negativas, de cunho social ou de cunho ambiental. Portanto, o vínculo de apego criado pelo indivíduo sobre o local, depois de um determinado período resulta no sentimento de pertença, por esse motivo muitas pessoas possuem dificuldade, ou facilidade ao mudar de residência / cidade.

A identidade social urbana pode ser considerada uma extensão da identidade de lugar especificadamente relacionada ao ambiente urbano. Enquanto a identidade de lugar parte de conceitos de identidade social centrados no indivíduo, a identidade social urbana busca sua fonte em teorias pautadas nos grupos sociais. Portanto, a

identidade social urbana considera e integra diversos conceitos, como os de: *identidade de lugar*, que ressalta a importância do entorno na constituição da identidade social; *identidade social*, que deriva do sentimento de pertencimento a grupos sociais; *categorização social*, que se refere ao entorno enquanto categoria social definidora do sujeito; *identidade urbana*, que foca o espaço urbano como significativo; *comunidade simbólica*, a partir do qual se compreende que o espaço vivido é definido por processos de simbolização ou construção de significados associados ao espaço e realizados dentro da interação social (MORENO; POL, 1999).

Para Boeing (2009), estas modificações resultam diretamente na qualidade de vida do sujeito, pois este constrói sua casa, que posteriormente, aliada ao ambiente adjacente, influenciam na produção de sua subjetividade. Logo, caso exista um parque urbano próximo à casa deste sujeito, estes, casa e parque, sinalizam fundamental importância em sua qualidade de vida.

Diante do exposto, diz-se que o conceito de lugar é definido pela Psicologia Ambiental como o espaço de vivência, de apropriação para as relações subjetivas e interpessoais. Tal fenômeno constata-se na tese de Gonçalves (2004) ao afirmar que quanto maior o tempo de moradia e efetiva apropriação em determinada residência e entorno, melhor será a relação destas pessoas com este lugar.

Tal relação entre pessoas e ambientes possuem inúmeras variáveis que podem afetar no bem-estar do sujeito, sendo uma importante variável: a pressão ambiental. A pressão ambiental, termo que se auto define, é o nível de pressão exercido por um determinado ambiente, sendo que, tal pressão exercida resultará em uma demanda de adaptação da população ao ambiente.

A pressão ambiental leva em conta, as competências da pessoa para lidar com as diferentes demandas nos ambientes e atrela a noção de adaptação à existência de uma congruência entre as competências pessoais e as exigências ambientais, como se “o frio devesse estar adequado à grossura do cobertor” (GÜNTHER, 2011).

Segundo Lawton e Nahemow (1973), as pessoas, na maior parte do tempo, são minimamente conscientes do ambiente. Quando o nível da pressão aumenta em um nível moderado, a adaptação se mantém e o afeto é positivo. Quando o nível de pressão do ambiente aumenta acima do nível de adaptação, a consciência retorna. Entretanto, quando o nível de pressão aumenta além do nível de competência das

peças, o comportamento deixa de ser adaptativo e os afetos não mais se apresentam como positivos.

De acordo com Pato (2011), ao nos remetermos ao que é importante para o contexto ambiental, é o mesmo que referirmos aos valores ecológicos, pois está associado à relação da pessoa com o ambiente e é de importância ímpar para compreender essa relação, principalmente no que se refere aos comportamentos ecológicos. Eles representam o equilíbrio e a sustentabilidade entre os diversos ambientes.

E, com base em Stern et al. (1995) e Stern; Dietz e Kalof (1993), os valores são organizados dentro de três grandes orientações: egoística (poder, realização, hedonismo, estimulação e autodeterminação), o sujeito possui preocupação em satisfazer primeiramente os próprios interesses; social-altruística (universalismo, segurança), o sujeito estaria preocupado com os demais seres humanos; biosférica (tradição, conformidade e benevolência), o sujeito se preocuparia com interesses coletivos e ambientais, sendo mais abrangentes que os de orientação sócio altruística.

É possível perceber ao tema de comportamentos pró-ambientais que as pessoas podem manifestar comportamentos a favor do meio ambiente tanto por questões próprias, quanto pelo bem-estar de outras pessoas ou pelo bem-estar do ambiente e da biosfera (STERN, 2000).

Pato (2011) ainda reforça, que as necessidades, aspirações ou desejos e decisões relativas à temática ambiental estariam influenciadas pelos valores ecológicos, contribuindo para a manutenção de um sentimento de pertencimento à natureza, valorização das diversas formas de vida em suas relações e inter-relações e o favorecimento à sustentabilidade.

Políticas de criação de áreas verdes urbanas: uma proposta de planejamento urbano

Na contemporaneidade, mais do que em qualquer outro momento da história, os processos de globalização afetam as relações econômicas e induzem à produção do espaço urbano, configurando sobre a esfera local influências das mais diversas, atingindo diretamente a formulação e legitimação de paradigmas nas políticas de planejamento urbano (SANCHÉZ, 2001, p. 31).

A economia local e a forma como a cidade se insere nos processos de globalização, influenciam na produção do espaço urbano (SINGER, 1983). Boeing (2009), por sua vez, relata que os paradigmas de planejamento urbano, devem voltar-se para a história econômica e demográfica da *urbe*, para então, propor políticas de urbanização contemplativas de suas demandas.

Todavia, dentre as demandas da área urbana de Braço do Norte, em face de sua crescente população, pode-se, seguramente, destacar a necessidade de implantação de um Parque Urbano. É sabido que as políticas que fomentam o planejamento da *urbe*, devem contemplar as mais diversas esferas de atuação para a melhoria do ambiente, da qualidade de vida etc. Contudo, os avanços de seu tecido sócio espacial, e a conseqüente impermeabilização do solo, aliada à inexistência de Áreas Livres Urbanas, asseguram que a implantação de um Parque Urbano se configura como um equipamento público utilitário e de expressivo valor socioambiental.

Reflexões de uma iniciativa pioneira: uma proposta para Braço do Norte

A área proposta para a instalação do parque urbano fica localizada no centro urbano da cidade de Braço do Norte, à Rua Professor Pedro Michels, a qual pertence ao bairro Nossa Senhora de Fátima. Possui uma área total aproximada de 3,4 hectares, a qual é delimitada na Figura 1.

Além da área delimitada na Figura 1, a cidade de Braço do Norte conta com pouquíssimas áreas públicas voltadas ao lazer e recreação, sendo as áreas somente praças; e, os equipamentos disponíveis parques infantis, academias ao ar livre e bancos para descanso. Dentre as opções nenhuma possui o imersivo contato com a natureza e uma área total equivalente à proposta do estudo.

Figura 1 – Delimitação da área proposta.



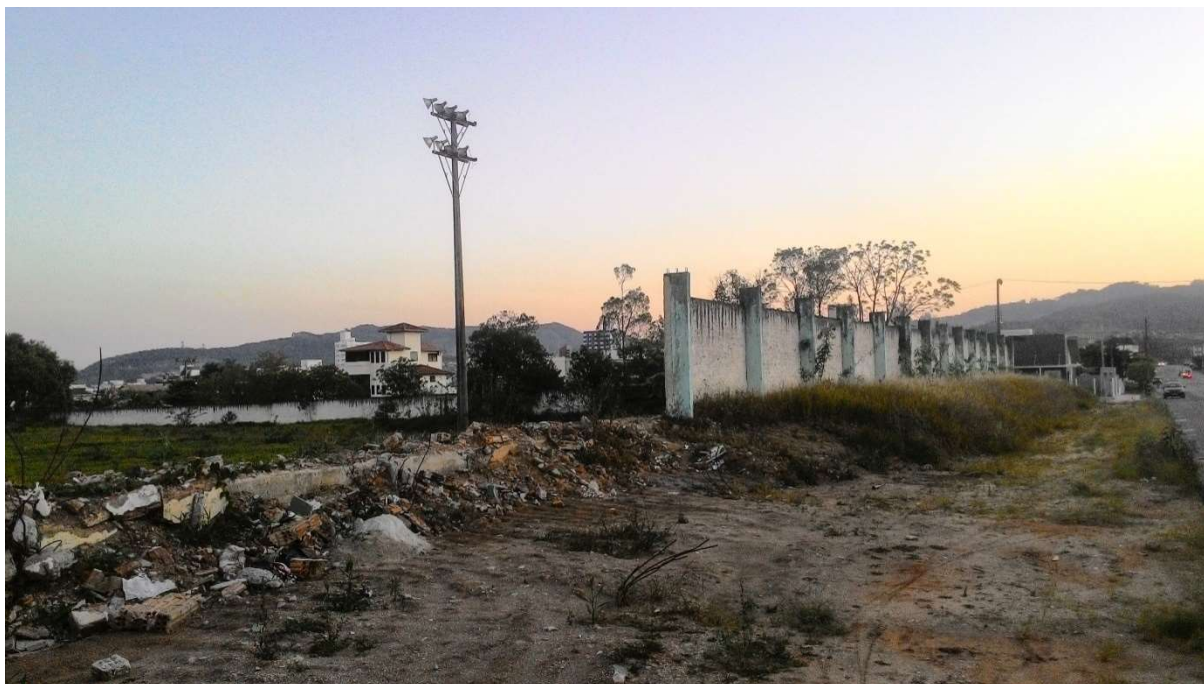
Fonte: Google Maps (2015).

Atualmente, o local conta com alguns equipamentos / instalações, voltados para o uso de recreação da população: o ginásio de esportes (item 1), academia ao ar livre (item 2), parque infantil (item 3), halfpipe (item 4), cancha de bocha (item 5), estádio de futebol (item 6); voltados para a saúde da população: o posto de saúde (item 7).

O estádio de futebol, durante o período do estudo, encontra-se em fase de demolição, conforme a Figura 2, pela falta de uso e manutenção do mesmo. A demolição do estádio é de grande relevância para a implantação do parque, pois além de reduzir o impacto visual causado, o mesmo ocupa cerca de 48% da área, equivalente aproximadamente à 1,63 hectares.

O impacto visual causado pelo estado atual do estádio, pode acarretar em um aumento no nível de pressão ao ambiente do local, de modo que a população torne-se consciente, e devido ao seu estado deplorável pode passar a sentir desgosto do mesmo, conseqüentemente, os moradores que residem no entorno passam a ter uma diminuição da sua qualidade de vida.

Figura 2 - Situação atual do Estádio.



Fonte: Autores (2015).

No presente momento, a área proposta possui pouca utilização pela população, devido à falta de harmonização, como a limitada quantidade de arborização (tanto por gramíneas, quanto por árvores de pequeno, médio e grande porte), juntamente com a falta de manutenção e investimento. Problemas que poderiam ser facilmente resolvidos ao elaborar o devido estudo e planejamento para a sua implantação.

O estudo e planejamento deverão possuir o intuito de tornar a área atrativa aos olhos da população, principalmente por meio de uma arborização harmônica e calculada e com a implementação de novos equipamentos voltados para o lazer; simultaneamente com o auxílio da publicidade e execução de atividades coordenadas por instituições, a fim de atrair público ao local.

O parque propõe, em uma de suas principais funções, ceder espaço para a população usufruir do contato direto com a natureza, além de oferecer equipamentos para a realização de atividades físicas e recreação de âmbito ativo e passivo. Com esse pensamento, foi elaborada a proposta de usos e atividades voltados para o parque urbano, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Usos e atividades para o parque.

Tipo	Uso	Equipamento	Quantidade
Lazer ativo	Esportes	Ginásio de esportes	1
		Academia ao ar livre	1
		Parque infantil	1
		<i>Halfpipe</i>	1
		Cancha de bocha	1
		Âncoras para <i>slackline</i>	6
		Campo de areia	1
Lazer passivo	Circulação	Via calçada	Extensivo
	Contemplação	Ciclovia	Extensivo
		Jardins	Vários
Cultural	Apresentações	Palco de apresentações	1
Serviços	Alimentação	Quiosque	4
	Estacionamento	Estacionamento	40

Fonte: Autores (2015).

Considerações Finais

Na contemporaneidade, o exponencial crescimento das cidades, aliado à sua degradação psicossocial e ambiental, expressão da vida moderna, estabelecem-se os anseios por um novo paradigma de desenvolvimento urbano, cuja essência prevê sanar a crise ambiental instaurada. Com essa realidade posta, emerge um novo discurso pautado na sustentabilidade como perspectiva superadora da crise vigente.

Para isso, ciência, política e cultura unem esforços para atender as premissas da sustentabilidade urbana, perspectiva epistemológica integradora que prevê na complexidade, a emergência de um novo paradigma de desenvolvimento. Diante do exposto, o presente artigo científico tem como objeto real de estudo a possibilidade de implantação de um parque urbano no município de Braço do Norte (SC).

A ciência do urbanismo busca compreender o fenômeno urbano, uma das maiores invenções da humanidade. Portanto, seu êxito enquanto ciência e técnica é a construção da sustentabilidade urbana, pois assim, indissociavelmente, será contemplado suas cinco dimensões, que, a saber, são: ambiental, social, econômica, espacial e cultural, de modo que ao ordenar o espaço urbano, sanar-se-ão questões atinentes ao meio físico, biológico e social que se expressam na paisagem, no conforto térmico, na qualidade de vida da população, etc.

Para tanto, vários são os esforços necessários a construção da sustentabilidade urbana. Dentre estes, pode-se destacar a oferta de equipamentos

públicos urbanos, em que um de seus exemplos mais emblemáticos, são os parques, tipologia de áreas verdes comum aos grandes centros. Todavia, Braço do Norte, cidade de pequeno porte localizada no Sul de Santa Catarina, conta com uma área adequada a viabilizar a construção de um parque.

Assim, a escassez deste tipo de espaço público, aliado à sua necessidade, nos trouxe o tema a ser abordado como objeto de estudo desta pesquisa. Os esforços dedicados à sua conclusão, concedeu-nos como resposta, que a implantação deste parque vem ao encontro das premissas da sustentabilidade urbana, pois além de atender as dimensões bióticas e abióticas do ecossistema urbano, contempla, também, a subjetividade do indivíduo por meio de sua dimensão física, psicológica e social.

Referências

ACSELRAD, H. **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco das políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BOEING, F. **O processo de urbanização**: um estudo sobre a ocupação em áreas de riscos de impactos socioambientais no bairro Alto Paraná, em Orleans (SC). 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade do Extremo Sul, Criciúma/SC. 2009.

BARCELLOS, V.Q. **Os parques como espaços livres públicos de lazer**: o caso de Brasília. 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). FAU/USP. São Paulo. 1999.

FERREIRA, A.D.; GONÇALVES, W. **Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos**: o caso do passeio público da cidade do Rio de Janeiro. 2005. 99 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PPG-CA). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2005..

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, M. A. S. Parques urbanos, políticas públicas e sustentabilidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 82. 2014.

GONÇALVES, T.M. **Cidade e poética**: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano. Ijuí (RS): Unijuí. 2004.

GÜNTHER, I.A. Pressão ambiental. *In*: CAVALCANTE, S.; ELALI, G.A. (orgs). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis (RJ): Vozes. 2011.

HARDT, L.P.A. **Subsídios à gestão da qualidade da paisagem urbana**: aplicação a Curitiba – Paraná. 2000. 323 p. Tese (Doutorado em Ciências Florestais). Setor de Ciências Agrárias. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2000.

HARDT, L.P.A.; HARDT, C.; OBA, L.T. Planejamento do desenvolvimento urbano sustentável. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM GESTÃO URBANA. 2002. **Anais** [...] Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características da população**. 2013. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=420280&idtema=90>>. Acesso em: 22 de julho de 2015.

_____. **Municípios novos**. 2010. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/voce-sabia/curiosidades/municipios-novos.html>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

_____. **População 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420280>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

KAUARK, F.S.; MANHÃES, F.C.; MEDEIROS, C.H. **Metodologia da pesquisa**: um guia prático. Bahia: Litterarum, 2010.

LAWTON, M.P.; NAHEMOW, L. Ecology and the aging process. *In*: EISDORFER, C.; LAWTON, M.P. (orgs). **Psychology of adult development and aging**. Washington, D.C.: American Psychology Association, 1973. p. 619-674.

LIMA, A. M.L.P. Problemas na utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1994. **Anais** [...] São Luís: EMATER/MA, 1994. p. 539 - 553.

MORENO, E.; POL, E (orgs.). **Nociones psicosociales para la intervención y gestión ambiental**. Espanha: Universitat de Barcelona. 1999.

PATO, C.M.L. **Valores ecológicos**. *In*: CAVALCANTE, S.; ELALI, G.A. (orgs). Temas básicos em psicologia ambiental. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes. 2011.

RODRIGUEZ, J.M.M. Desenvolvimento sustentável: níveis conceituais e modelos. *In*: CAVALCANTI, A.P.B. (org.). **Desenvolvimento sustentável e planejamento: bases teóricas e conceituais**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. 1997. p. 51-63.

SANCHÉZ, F. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 16, 2001.

SANTUCCI, J. **As promenades do Rio de Janeiro**: o papel do Passeio Público, Praça Paris e Parque do Flamengo na história da paisagem carioca. Rio de Janeiro: UFRJ/ FAU. 2003.

-
- SCALISE, W. Parques Urbanos: evolução, projetos, funções e uso. **Revista Assentamentos humanos**, n.1, p. 17-24. 2002.
- SEGAWA, H. **Ao amor do público**: jardins do Brasil. São Paulo. Studio Nobel / Fapesp. 1996. 255 p.
- SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense. 1983.
- SILVA, L.N. **Valoração dos Parques Urbanos de Brasília**: o caso do Parque Olhos D'água. 2002. 32p. Monografia (Graduação). Centro Universitário de Brasília. Faculdade de Ciências da Saúde. Brasília. 2002.
- STERN, P.C. Toward a coherent theory of environmentally significant behavior. **Journal of social issues**, v. 56, p. 407-424. 2000.
- STERN, P.C. et al. Values, beliefs, and proenvironmental action: attitude formation toward emergent attitude objects. **Journal of applied social psychology**, v.25, p. 1.611-1.636, 1995.
- STERN, P.C.; DIETZ, T.; KALOF, L. Value orientations and environmental concern. **Environment and behavior**, v.25, p. 322-348. 1993.
- TERRA, C.G. et al. **Arborização**: ensaios historiográficos. Rio de Janeiro: EBA / UFRJ. 2004.
- VALERA, S.; POL, E. El concepto de identidad social urbana: una aproximación entre la Psicología Social y la Psicología Ambiental. **Revista Anuario de Psicología**, v. 62, p. 5-24. 1994.

Dados para contato:

Autor: Fábio Boeing

E-mail: fabioboeing@unibave.net

POSSIBILIDADES DE EXPANSÃO URBANA EM ORLEANS (SC) CONDICIONADAS PELO DIREITO AMBIENTAL E POR SUA GEOGRAFIA

Ciências Sociais Aplicadas

Artigo Original

Jeferson Murialdo Campos Américo¹; Fabio Boeing¹; Richard da Silva¹

1. Centro Universitário Barriga Verde – Unibave

Resumo: A presente pesquisa faz uma abordagem sobre a urbanização em áreas de encostas e margens de rios na cidade de Orleans, Sul de Santa Catarina. O município apresenta sítio natural com dificuldades para os processos de urbanização, ocorrendo, assim, a ocupação do solo urbano em áreas vulneráveis, que apresentam riscos de impactos socioambientais, sobretudo dos desastrosos movimentos gravitacionais de massa. Face ao cenário exposto, o presente estudo teve o objetivo de identificar essas áreas que, perante a legislação ambiental vigente, são ilegais a serem apropriadas, e os espaços cujos processos de urbanização podem transcorrem com maiores facilidades. Para isso, constituiu-se aqui, uma pesquisa bibliográfica e descritiva não experimental ou *ex post facto* do tipo qualitativa, e os resultados demonstram que o sítio natural de Orleans possibilitou a urbanização sobre áreas de riscos, mas que determinados espaços internos aos bairros Orlando Bussolo, Barro Vermelho, Barra do Rio Novo e transição entre Cohab e Alto Paraná apresentam maiores facilidades e, portanto, tendências à expansão urbana.

Palavras-chave: Orleans. Sítio natural. Urbanização em áreas de riscos. Espaços urbanizáveis.

POSSIBILITIES FOR URBAN EXPANSION IN ORLEANS (SC), CONDITIONED BY ENVIRONMENTAL LAW AND ITS GEOGRAPHY

Abstract: This research deals with an urbanization in areas of hillsides and rivers in the city of Orleans, South of Santa Catarina. The municipality presents a natural site with difficulties for the urbanization processes, occurring, thus, the occupation of the urban soil in vulnerable areas, that present risks of socioenvironmental impacts, mainly of the disastrous mass gravitational movements. In view of the exposed scenario, the present study had the objective of identifying those areas that, under current environmental legislation, are illegal to be appropriated, and the spaces whose urbanization processes can be carried out with greater facilities. For this purpose, a non-experimental or ex-post bibliographic and descriptive research of the qualitative type was constituted here, and the results show that the natural site of Orleans allowed the urbanization on areas of risk, but that certain internal spaces to the neighborhoods Orlando Bussolo, Barro Vermelho, Barra do Rio Novo and transition between Cohab

and Alto Paraná present greater facilities and, therefore, tendencies to urban expansion.

Keywords: Orleans. Natural site. Urbanization in Risk Areas. Urbanizable Spaces.

Introdução

A cidade de Orleans, localizada no Sul de Santa Catarina, caracteriza-se como de pequeno porte, sendo sua população de apenas 22.723 habitantes segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em contagem realizada no ano de 2017. Todavia, ainda que figure no cenário urbanístico brasileiro como uma cidade mediana, Orleans padece de determinadas consequências negativas que justificam estudos acadêmicos e medidas de planejamento urbano.

Sua localização incrustada em feições geomorfológicas denominadas pelo professor Aziz Nacib „Ab Saber, como “mares de morros”, lhe concede um sítio natural que impõe dificuldades para expansão da malha urbana, não apenas pelos processos naturais, mas, sobretudo, pelas vias legais, pois fração expressiva de sua área situa-se em encostas de morros e margens de cursos hídricos. Com essa problemática evidente, Orleans assenta-se sobre uma natureza topográfica declivosa, fenômeno que o concede o jargão de “cidade das colinas” (BOEING, 2014).

Em detrimento da realidade exposta, tem-se o problema da pesquisa norteado pela seguinte pergunta: Sendo a cidade de Orleans, localizada em espaços que dificultam sua expansão urbana, quais áreas são favoráveis aos processos de urbanização?

Diante do problema citado, o presente estudo fez-se com objetivo de vislumbrar na paisagem urbana, quais são os espaços mais adequados para a cidade se expandir, considerando o aspecto legal e seu sítio natural, componentes de sua geografia física que induzem (des) confortos à sociedade e onerosidade à administração pública. Além do objetivo geral, tem-se os objetivos específicos: identificar os pontos mais críticos da paisagem, que se verificou a expansão urbana; verificar a ocupação desordenada do solo urbano de Orleans; saber qual classe social ocupa as áreas de encostas e margens de rios.

Assim, essa pesquisa justifica-se por sua relevância socioambiental, uma vez que sinaliza a direção mais adequada para a expansão urbana e oferece subsídio

acadêmico ao poder público para planejar o espaço urbano, concedendo-o melhor estética, maior funcionalidade e fluidez ao trânsito, melhor qualidade de vida à população, otimizando, portanto, seus indicadores de sustentabilidade urbana.

Sua relevância socioambiental é inexorável, pois tem como objeto real de estudo o ambiente físico como subsídio para o planejamento urbano, contemplando, assim, benefícios à esfera ambiental e social (socioambiental). Todavia, faz-se necessário destacar, também, que sua justificativa suplanta os aspectos socioambientais aqui expostos, trazendo em si, contribuições epistemológicas não comuns à estudos de graduação que, neste caso, é o diálogo de interface entre a Geografia Física, a Geografia Urbana e o Direito Ambiental, disciplinas que permeiam a dimensão multidisciplinar, que é a essência do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária.

Cabe, ainda, ressaltar como relevante nessa pesquisa, o fato de tratar-se de uma investigação sobre cidade de pequeno porte, fenômeno que, em nosso país é comum apenas às cidades médias, grandes e, sobretudo, às já consolidadas como metrópoles.

Breves definições acerca do urbanismo no Brasil

Souza (2003) destaca que os processos de urbanização se intensificaram no Brasil após a década de 1960. Essa urbanização que vem adquirindo índices cada vez mais expressivos, é um fenômeno decorrente de vários fatores, sendo que, talvez, o que mais se destaque, é a oferta de serviços nas cidades brasileiras, comportando-se como um chamariz à população do campo.

Dentro desta concepção, nos é plausível que se faça referência àquele que, por muitos é considerado como o grande nome da Geografia Humana no país, o saudoso geógrafo e professor da USP, Milton Santos, ao fazer a seguinte ressalva sobre a ocupação do território brasileiro.

Neste fim de século XX, as fronteiras econômicas se ampliam, mais áreas são ocupadas e pode-se mesmo dizer, como já fizemos, que o território brasileiro está inteiramente apropriado. Por outro lado, a natureza recuou consideravelmente, enquanto todas as formas de densidade humana ficam mais presentes. Ainda que a sua distribuição seja desigual, há, em uma porção considerável do território, maior densidade técnica, acompanhada de maior densidade informacional (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 279).

Natal, Meneses e Mucci (2005) destacam que a urbanização é um fenômeno resultante da criação e expansão das cidades, gerando enormes externalidades negativas ao meio natural, face a cada vez mais intensa e desleal disputa pelo espaço urbano.

Para Natal, Meneses e Mucci (2005), em países como o Brasil, enquanto as camadas mais abastadas da sociedade se confinam em condomínios fechados localizados nas áreas nobres, a população marginalizada e excluída pelas benesses do desenvolvimento econômico, habitam as áreas de riscos, como várzeas sujeitas à inundações ou terrenos declivosos, que em períodos de elevada pluviosidade, possuem riscos de movimentos gravitacionais de massa.

Essa realidade é bastante comum à Orleans, vez que a declividade de suas encostas ocupadas pelos processos de urbanização, associado ao clima mesotérmico úmido, coloca sua população aos riscos de deslizamentos de encostas.

O Direito Ambiental e sua Perspectiva Epistemológica Interdisciplinar

Carvalho (2008) ressalta que o Direito Ambiental é um ramo basicamente recente das ciências jurídicas. Sua emergência associa-se a um momento histórico, marcado pela crise ambiental, cujos fundamentos estão sinalizados pela falta de valores éticos e morais, pelas transdimensionalidades culturais e por surpreendentes avanços técnico-científicos. Este mesmo autor também sinaliza que essa tendência polidisciplinar, marcada por uma perspectiva epistemológica e holística do conhecimento contemporâneo, é uma tendência que não é exclusiva do Direito Ambiental, mas que nele é marcadamente representativa, sendo expressa sabiamente por Fritjof Capra:

A nova visão de realidade, que vimos falando, baseia-se na consciência do estado de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos – físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Essa visão transcende as atuais fronteiras disciplinares e conceituais e será explorada no âmbito de novas instituições. Não existe, no presente momento, uma estrutura bem estabelecida, conceitual ou institucional, que acomode a formulação do novo paradigma, mas as linhas mestras de tal estrutura já estão sendo formuladas por muitos indivíduos, comunidades e organizações que estão desenvolvendo novas formas de pensamento e que se

estabelecem de acordo com novos princípios. (CAPRA apud CARVALHO, 2008, p. 78).

Carvalho (2008) ainda destaca que o Direito Ambiental, ao nascer da confluência de diversas disciplinas jurídicas, delas herda um conjunto de princípios que lhe concede características próprias. Essa herança em muito se assemelha ao que ocorreu em outros ramos do Direito, sendo inicialmente um pretexto para negar-lhe, no meio acadêmico, reconhecimento enquanto disciplina autônoma.

Diante do exposto, é conveniente salientarmos que, norteado pela perspectiva interdisciplinar, conforme já exposto, o Direito Ambiental se inter-relaciona com várias áreas das ciências jurídicas. Para evidenciarmos esse diálogo, destacamos sua subordinação ao Direito Constitucional, que em nossa Carta Magna, no *caput* do artigo 225, faz a seguinte colocação:

Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988).

Para tanto, cabe, ainda, ressaltar o exposto por Carvalho (2008), que o Direito Ambiental se contextualiza em um diálogo de fronteira do conhecimento que suplanta os marcos disciplinares das ciências jurídicas, estendendo-se numa relação de interface com as ciências exatas e humanas, superando uma fronteira metodológica que há muito tempo alienava o Direito. Todavia, essa integração teve como uma de suas bases norteadoras, talvez, a mais emblemática na contemporaneidade, aquela exercida pelo Direito Ambiental com a Geografia, a Geologia, a Biologia, a Sociologia, a Economia e as próprias Engenharias, sobretudo a Engenharia Ambiental e Sanitária, a Engenharia Agrônômica e a Engenharia Florestal.

Legislação ambiental urbana: a base legal para a construção da sustentabilidade

Antes de se abordar sobre a legislação ambiental urbana, faz-se necessário tecer algumas considerações acerca das espécies de meio ambiente, com objetivo de demonstrar a relevância do tema para o presente estudo. A Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, em seu art. 3º, inciso I, define meio

ambiente como: “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, obriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Assim, muitas são as definições de meio ambiente, sejam estas de teóricos das ciências ambientais, de doutrinadores do Direito Ambiental, ou mesmo da própria lei. Todavia, há uma expressiva semelhança entre ambos conceitos, de modo que a definição dada pela Política Nacional do Meio Ambiente mostra-se suficiente. Para tanto, Souza (2010) ressalta que o conceito de meio ambiente pode ser visto sob três aspectos: meio ambiente artificial ou construído, meio ambiente cultural e meio ambiente natural, sendo que há, ainda, uma quarta espécie de meio ambiente que adquire cada vez maior expressão, o meio ambiente do trabalho ou laboral.

Como o tema abordado faz referência ao sítio natural de Orleans, é importante ressaltar seu conceito, que segundo Amaral e Feijó (2004), sítio natural é a reunião de componentes naturais que servem de substrato para a superposição dos fatores humanos, que processualmente formam o espaço geográfico. Para tanto, cabe-nos, ainda, destacar os conceitos de meio ambiente artificial e de meio ambiente natural.

Meio ambiente natural é o meio ambiente físico ou patrimônio ambiental natural, é a espécie de meio ambiente que aprendemos desde a infância e que compõe basicamente os três elementos naturais (o ar, o solo, a água) e as espécies de vida (a fauna e a flora) (MEDEIROS; ROCHA, 2015, p. 55-56).

Por sua vez, para meio ambiente artificial, os referidos autores trazem o seguinte entendimento:

Entende-se por **meio ambiente artificial** o espaço urbano construído, considerando as edificações (*espaço urbano fechado*) e os equipamentos públicos (*espaços urbanos abertos*) – ruas, praças, áreas verdes, espaços livres em geral. Resumindo, é a ação do homem consistente em transformar o meio ambiente *natural* em *artificial*. Também é chamado de **meio ambiente construído**, por ser formado por todos os assentamentos humanos e seus reflexos urbanísticos. (Grifo e itálico dos autores). (MEDEIROS; ROCHA, 2015, p. 56).

A cidade de Orleans não é um caso raro, mas caracteriza-se como atípico, uma vez que seu tecido urbano está estruturado sobre área de topografia declivosa. A complexidade de sua geografia física faz com que população e poder público tomem certos cuidados atinentes a políticas de ocupação territorial. Para isso, visando

contemplar uma ampla variedade de fenômenos que concedem melhorias à cidade, sobretudo, naquilo que é inerente à sua espacialização, tem-se como mecanismo necessário, a confecção do Plano Diretor municipal, documento legal que tem a seguinte definição: “é o complexo de normas legais e diretrizes técnicas para o desenvolvimento global e constante do município, sob os aspectos físico, social, econômico e administrativo, desejado pela comunidade local”. (MEDEIROS; ROCHA *apud* MEIRELLES, 2015, p. 150).

Sousa (2010), sinaliza que o Plano Diretor é instrumento básico para consolidar a sustentabilidade urbana. É o documento legal que prevê o planejamento não apenas da cidade, mas de todo o território municipal, sendo matéria constitucional, vez que a Carta Magna prevê em seu art. 182 a confecção de legislação especial para abordar de forma específica a política de planejamento urbano, surgindo, assim, a Lei 10.257/2001, intitulada de Estatuto da Cidade.

O Estatuto da Cidade repete a designação constitucional de que o **Plano Diretor** é “instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” (art. 40) e que será aprovado por **lei municipal** (“aprovado pela Câmara Municipal”, segundo a CF). Esta lei deverá ser *revista*, pelo menos, a cada **dez anos** (art. 40, § 3º), pois o Plano Diretor deve ser *mutável* e *dinâmico*, porque, para atingir a sua finalidade, deve variar no tempo para “acompanhar o crescimento das necessidades da cidade”. (Grifo e itálico dos autores). (MEDEIROS; ROCHA, 2015, p. 150).

Como esse estudo tem sua abordagem central no sítio natural da cidade de Orleans, ou seja, sua estrutura física, nos é plausível ressaltar que o Plano Diretor deve conceder atenção especial ao aspecto físico do território. É nessa ótica que Medeiros e Rocha (2015) ressaltam que a abordagem na confecção do Plano Diretor, sobre o aspecto físico é fundamental, tendo em vista que o planejamento territorial visa organizar sistematicamente o uso do solo, inclusive no seu aspecto econômico, concedendo destinação às atividades industriais, comerciais, residenciais e outras, buscando a qualidade de vida ao prever loteamentos, sistema viário, de zoneamento urbano, áreas verdes, entre outras diretrizes.

Meirelles (2013) sinaliza que o ordenamento urbano visa disciplinar as atividades desenvolvidas na cidade, através da regulamentação edilícia, que norteia a delimitação da *urbe*, o seu traçado, o uso e ocupação do solo, seu zoneamento,

loteamento, controle das construções, estética e paisagismo urbano. Assim, para evitar o crescimento desordenado do espaço urbano, o Estatuto da Cidade traz, entre as diretrizes gerais da política urbana, a ordenação e controle do solo, de forma a evitar as seguintes irregularidades:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

VI - Ordenação e controle do uso do solo de forma a evitar:

- a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
- b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
- c) o parcelamento do solo a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;
- d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;
- e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na subutilização ou não utilização;
- f) a deterioração das áreas urbanizadas;
- g) a poluição e a degradação ambiental;
- h) a exposição da população a riscos de desastres. (*Acréscitado pela Lei nº 12.608/2012*). (ESTATUTO DA CIDADE, Art. 2º, inciso VI).

Para Medeiros e Rocha (2015), todas estas formas de degradação ao civilismo urbanístico são inerentes ao objetivo de ordenar o território urbano, que compreende-se como um dos aspectos relevantes do planejamento urbanístico. Sendo assim, os referidos autores sinalizam quatro áreas fundamentais a serem preservadas no zoneamento urbano, que a saber são o zoneamento urbano: zonas urbanas, zonas urbanizáveis; zonas de expansão urbana; e, zona rural.

Por se tratar de zoneamento urbano, um dos aspectos a ser abordado pela política de planejamento urbano, que, no caso de Orleans confere maior dificuldade face à sua geografia física que, além de possuir topografia declivosa, também manifesta a presença do rio Tubarão permeando a cidade. Assim, cabe inserir o breve conceito de zoneamento urbano estabelecido por Hely Lopes Meirelles, reconhecido doutrinador do Direito Urbanístico e do Direito Administrativo, que faz a seguinte definição: “ ... *zoneamento urbano* “consiste na repartição da cidade e das áreas urbanizáveis segundo a sua precípua destinação de uso e ocupação do solo”. (MEDEIROS; ROCHA *apud* MEIRELLES, 2015, p. 159).

Muito embora a abordagem aqui se faz privilegiando o Direito Urbanístico, que

embora autônomo, estabelece uma relação expressiva com o Direito Ambiental, cabendo, também, discorrer sobre a legislação ambiental, haja visto que, segundo Boeing (2009), as áreas já urbanizadas e em vias de urbanização de Orleans se superpõem as positivadas Áreas de Preservação Permanente (APP), que são definidas pelo ordenamento jurídico brasileiro como:

Art. 3º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

II - Área de Preservação Permanente (APP), área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. (Lei nº 12.651/2012, Artigo 3º, inciso II).

Já visto o que são Áreas de Preservação Permanente, cabe destacar, também, quais são os espaços definidos pela legislação ambiental vigente como APP. Como o Brasil padece da existência de um Código Ambiental, sendo a legislação sobre o tema, o conteúdo expresso na Constituição Federal, em seu artigo 225, e a legislação esparsa, de caráter infraconstitucional, todos os espaços definidos como APP são taxativos ao artigo 4º do Novo Código Florestal brasileiro.

Art. 4 Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

- a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;
- b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;

III - as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água

naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento; IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;

V - as encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;

VI - as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

VII - os manguezais, em toda a sua extensão;

VIII - as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

IX - no topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;

X - as áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação;

XI - em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado. (Lei nº 12.651/2012, Artigo 4º, incisos I – XI).

O Fator topográfico como componente marcante do sítio natural

Boeing (2014) destaca que a geografia física de Orleans concede grandes dificuldades para que haja um crescimento ordenado de seu tecido urbano. Estudos realizados pelo Prof. Dr. Aziz Nacib, Ab Sáber, geógrafo e geomorfologista da Universidade de São Paulo (USP), ao longo de sua trajetória acadêmica, sobre a geografia física do País, aponta que o território em que se localiza o município de Orleans é denominado de mares de morros.

O emérito professor do Centro de Estudos Avançados da USP concedeu essa definição, ao publicar as características geológicas do vasto território nacional. Ab Sáber (2003), destacou que a geomorfologia do Sudeste e Sul do Brasil, sobretudo na porção leste do território, é marcada por grandes maciços cristalinos com origem associadas ao Pré-Cambriano, sendo que essas formações orográficas, face a longa idade geológica, encontram-se, nos dias atuais, com altitudes modestas em decorrência dos processos pedogenéticos e erosivos, que associados, permitem a pediplanação do relevo.

O autor sinaliza que, embora com altitudes moderadas, o espaço geográfico em questão, ainda assim, possui dificuldades para ocupação humana, pois os

processos de pediplanação concederam cotas altimétricas inexpressivas, todavia, com taludes declivosos que se tornam empecilhos para a gênese e expansão de cidades. Como se não bastasse, a ocupação destas encostas íngremes compromete não apenas a paisagem urbana, mas, também, seus condicionantes de sustentabilidade.

Botelho (2011), corroborando com o conhecimento produzido por Ab Sáber, ao estudar as bacias hidrográficas urbanas, destaca que as ondulações topográficas comuns aos “Mares de Morros”, constituem variados divisores d’água, que por meio das forças gravitacionais, tem escoamento superficial para os fundos de vales.

Procedimentos Metodológicos

Para a realização dessa pesquisa, que consiste numa análise da paisagem urbana, a fim de identificar espaços favoráveis à urbanização, utilizaram-se os procedimentos metodológicos que melhor conduziram a contemplar com êxito cada etapa do estudo. Assim, quanto ao tipo de pesquisa, fizeram-se presentes nesse estudo, a pesquisa bibliográfica e descritiva, não-experimental ou *ex post facto*, vez que se recorre intensamente a obras bibliográficas de autores já consagrados na área e outros ainda não tão conhecidos, *sites* confiáveis e as principais leis que consolidam o ordenamento jurídico na área ambiental e urbanística. Também é descritiva, pois descreve a partir da visualização *in loco*, as características físicas e socioespaciais da área urbana de Orleans, com vistas ao fundamento trazido pela literatura geográfica e do Direito Ambiental e Urbanístico.

Diante do exposto, foram necessárias várias etapas de atividades diferentes no transcorrer da pesquisa. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, realizou-se durante três tardes, na Biblioteca do UNIBAVE, com estudos ininterruptos das 16 horas às 18 horas e 30 minutos, a consolidação do referencial teórico. Já a etapa que consiste nas visitas *in loco* para compor o registro fotográfico da pesquisa, foram realizadas durante duas tardes.

Como pesquisa bibliográfica, discorre-se a seguir o seguinte conceito:

A **pesquisa bibliográfica** é a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres. Na pesquisa bibliográfica o investigador irá levantar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua

contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema objeto da investigação. O objetivo da pesquisa bibliográfica, portanto, é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa. (KÖCHE, 2009, p. 122).

Por sua vez, para a pesquisa descritiva, não-experimental ou *ex post facto*, José Carlos Köche, traz a seguinte definição:

A pesquisa descritiva, não-experimental ou *ex post facto* estuda as relações entre duas ou mais variáveis de um dado fenômeno sem manipulá-las. A pesquisa experimental cria e produz uma situação em condições específicas, geralmente com aleatoriedade na amostra e com elevado poder de manipulação das variáveis independentes e controle das estranhas, para analisar a relação entre variáveis; a descritiva constata e avalia essas relações à medida que essas variáveis se manifestam espontaneamente em fatos, situações e nas condições que já existem. Na pesquisa descritiva não há a manipulação *a priori* das variáveis. É feita a constatação de sua manipulação a posterior. (KÖCHE, 2009, p. 124).

Quanto ao tipo de pesquisa, o presente estudo caracteriza-se por utilizar-se do método qualitativo, que tem a seguinte definição:

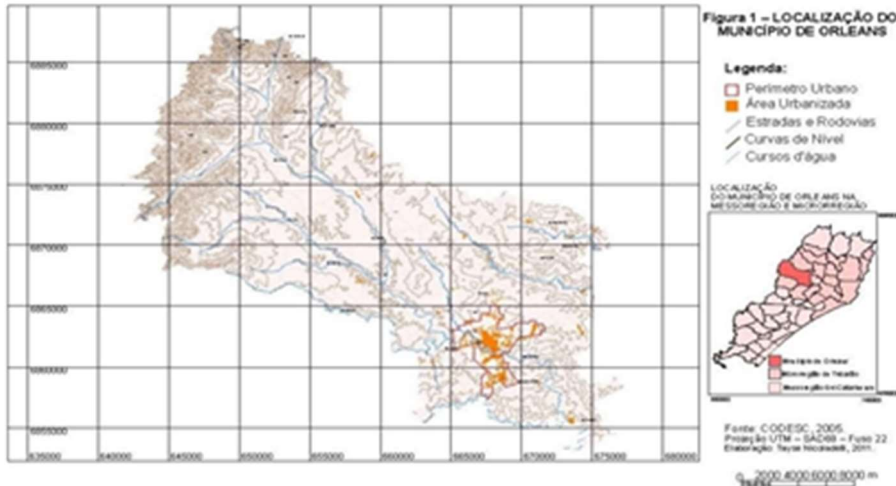
Os métodos qualitativos mostram uma abordagem diferente da investigação acadêmica do que aquela dos métodos da pesquisa quantitativa. A investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação, e método de coleta, análise e interpretação dos dados. Embora os processos sejam similares, os procedimentos qualitativos baseiam-se em dados de textos e imagens, têm passos singulares na análise dos dados e se valem de diferentes estratégias de investigação. (CRESWELL, 2010, p. 206).

Assim, a presente pesquisa, sob os procedimentos metodológicos, caracteriza-se como descritiva, não-experimental ou *ex post facto* e bibliográfica, tendo como método o qualitativo, sendo sua área de estudo o perímetro urbano de Orleans (SC).

Resultados e Discussão

Por tratar-se de uma pesquisa atinente ao espaço urbano de Orleans, é coerente iniciarmos essa abordagem, sinalizando a localização de seu perímetro urbano dentro do território municipal. Para isso, recorreremos à Figura 1.

Figura 1 – Localização do município de Orleans – SC



Fonte: Borghesan Nicoladelli (2011).

A figura 2 demonstra a área em que foi realizada a pesquisa, com as curvas de nível indicando a topografia do espaço urbanizado e a presença dos cursos d'água.

Figura 2 – Topografia do perímetro urbano do município de Orleans – SC



Fonte: BORGHESAN NICOLADELLI (2011).

A fundamentação teórica dessa pesquisa expôs uma realidade comum às cidades brasileiras e de países com economia semelhante, em que se verifica profundas desigualdades sociais, onde as classes econômicas menos favorecidas ocupam áreas de risco de impactos socioambientais, principalmente encostas com taludes íngremes e margens de rios. Diante do exposto, a figura 3 vem corroborar com esse contexto de desigualdade social.

Figura 3 – Urbanização sobre áreas de riscos socioambientais em Orleans – SC



Fonte: Autor (2017).

Em consonância com exposto sobre as encostas íngremes que serviram para a expansão urbana, não apenas em Orleans, mas em várias *urbes* brasileiras, tendo, talvez, como exemplo mais emblemático o Rio de Janeiro, nos é essencial inserirmos imagens que demonstrem a urbanização em áreas inadequadas, ilegais e de riscos socioambientais que no decurso do tempo se materializaram sobre os taludes do território urbano de Orleans, conforme expõe a figura 4.

Figura 4 - Urbanização sobre taludes íngremes no bairro Alto Paraná, Orleans – SC

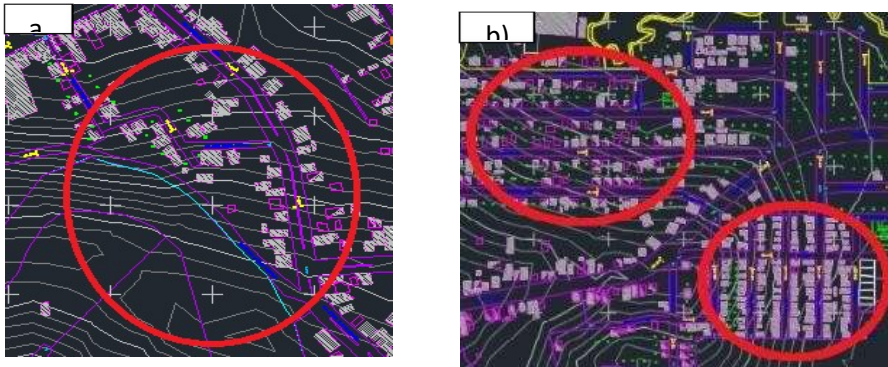


Fonte: Autor (2017).

Visando contemplar uma ampla variedade de fenômenos que visam melhorias à cidade, sobretudo naquilo que é inerente à sua espacialização, tem-se como mecanismo necessário, a confecção do Plano Diretor, documento legal que se define

como: “o complexo de normas legais e diretrizes técnicas para o desenvolvimento global e constante do Município, sob os aspectos físico, social, econômico e administrativo, desejado pela comunidade local”. (MEDEIROS; ROCHA *apud* MEIRELLES, 2015, p. 150). Em consonância com o exposto, a Figura 5 traz as áreas de riscos de alagamentos e deslizamentos de encostas.

Figura 5 – Áreas de riscos de alagamentos e deslizamentos de encostas



Fonte: CATANEO; ZANINI (2016)

A Figura 6 mostra que em decorrência da estrutura topográfica, e do clima Mesotérmico Úmido que se manifesta em Orleans, é comum em seu sítio urbano a presença de pequenos canais fluviais que se conectam ao principal rio da bacia de drenagem, o rio Tubarão, que permeia a cidade de Orleans em sua trajetória exorréica para o Oceano Atlântico.

Figura 6 – Urbanização sobre as margens de um pequeno afluente, no Bairro Alto Paraná, e sobre as margens do próprio rio Tubarão, no Bairro Coloninha



Fonte: Autor (2017).

Em conformidade com exposto no texto e nas imagens anteriores, constata-se que a cidade de Orleans possui expressivos espaços com ocupação do solo urbano que desrespeitam a legislação ambiental vigente. Inúmeras são as áreas de taludes íngremes e margens de canais fluviais que manifestam a ocupação humana. Diante do exposto, constata-se que os espaços intra-urbanos que serão demonstrados nas figuras 7 e 8, constituem-se como prioritários para a expansão do tecido urbano. Assim, políticas de planejamento urbano devem viabilizar o crescimento da cidade nas direções aqui sinalizadas.

A Figura 7 retrata o Bairro Barra do Rio Novo e demonstra que, embora próximo ao rio Tubarão, em seu percurso montante à área central da cidade de Orleans, há condições favoráveis aos processos de urbanização, face à sua topografia plana. Para tanto, cabe, ainda, ressaltar que, caso venha o referido local a receber as dinâmicas que resultam nos processos de urbanização, deve-se respeitar os espaços marginais ao rio Tubarão que se enquadram como APP.

Figura 7 – Área favorável à expansão urbana, Barra do Rio Novo



Fonte: Autor (2017).

A seguir, tem-se a Figura 8 que, conforme expõe as fotografias e a imagem aérea do Google Maps, sinaliza com veemência outra possibilidade de expansão do tecido urbano de Orleans, vez que configura-se com topografia plana e não possui nas adjacências imediatas áreas de riscos socioambientais, nem, tampouco, espaços definidos como APP pelo Código Florestal brasileiro, em seu artigo 4º.

Figura 8 – Área favorável à expansão urbana, Bairro Barro Vermelho



Fonte: Autor (2017) e Google Maps (2017).

Constata-se com as saídas a campo para identificação do meio, mediante levantamento fotográfico, que os pontos mais críticos cuja expansão do tecido urbano se fez presente, são as encostas do Bairro Alto Paraná e as margens do rio Tubarão. O conjunto de imagens obtidas com o estudo demonstra que inúmeros são os espaços urbanos de Orleans afetados pelo contínuo processo de ocupação desordenada do solo, e, que esse processo consoante com a falta de planejamento adequado, induziu às classes sociais mais baixas a ocuparem margens de rios e taludes declivosos, espaços de maior vulnerabilidade socioambiental.

Em conformidade com os resultados obtidos na pesquisa, inserimos o quadro 1, a fim de demonstrar os bairros que apresentam facilidades e os bairros com dificuldades de ocupação espacial.

Quadro 1 - Bairros adequados e inadequados à ocupação sócioespacial

Bairros propícios à ocupação urbana	Bairros inadequados à ocupação urbana
Barra do Rio Novo Orlando Bussolo Barro Vermelho Área de transição entre a Cohab e Alto Paraná	Alto Paraná Cohab Encostas do rio Tubarão no Bairro Coloninha

Fonte: Autor (2017).

Rev. Ciênc. Cidadania - v.4, n1-2, 2018.

Considerações Finais

Os cursos de engenharias apresentam em sua essência um caráter multidisciplinar, sendo assim, com a Engenharia Ambiental e Sanitária não poderia ser diferente. Na formação de um engenheiro ambiental e sanitário, requer-se estudos de ciências naturais e exatas, ciências sociais aplicadas e ciências humanas. Nesse sentido, o Direito Ambiental e Urbanístico e disciplinas pertencentes à Geografia, tais como: climatologia, geomorfologia, hidrografia, biogeografia, geoecologia, geografia ambiental e geografia humana, são imprescindíveis à formação do engenheiro ambiental e sanitário.

Diante dessa natureza epistemológica da engenharia ambiental e sanitária, o presente estudo realizou-se por meio da observação do espaço urbano de Orleans, com fundamento no Direito Ambiental, no Direito Urbanístico e nas ciências geográficas, mediante doutrinas e leis do ordenamento jurídico do país, e teorias e explicações concedidas pelas Geografias Física e Urbana. Essa identificação sobre a paisagem e o espaço urbano em questão, concede à academia uma pesquisa inovadora, haja visto que não se constata até o presente uma pesquisa que tenha como objeto real de estudo, a cidade de Orleans, fundamentada na recorrente interdisciplinaridade entre o Direito e a Geografia, em um Trabalho de Conclusão do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária.

Por fim, pode-se constatar que o espaço urbano em questão, face ao seu sítio natural, cuja geografia física sinaliza expressivas irregularidades topográficas, apresenta frações consideráveis do seu tecido urbano sobrepostos às Áreas de Preservação Permanente. Tal fenômeno consolidou uma estrutura urbana com acentuada densificação demográfica, com ocupações desordenadas do espaço, sendo possível verificar a presença humana em áreas ilegais perante a legislação ambiental vigente, e com as inexpressivas áreas planas já quase totalmente ocupadas pelo homem.

Referências

AB,, SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: Potencialidade paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AMARAL, C. ; FEIJÓ, R. L. Aspectos ambientais dos escorregamentos em áreas urbanas. *In: Reflexões sobre a Geografia Física do Brasil*. (Orgs.). Antônio Carlos

Vitte e Antônio José Teixeira Guerra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 193-23.

BOEING, F. **O processo de urbanização**: um estudo sobre a ocupação em áreas de riscos socioambientais no bairro Alto Paraná em Orleans, Santa Catarina. 2009. p.93. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma. 2009.

_____. **Orleans – da Geologia à verticalização urbana**: a história geográfica de um município centenário. Revista Geográfica Catarina. Ano II – número 06, 2014.

BORGHESAN NICOLADELLI, T. **Centralidade de Verticalização**: estudo da valorização da área central da cidade de Orleans/SC. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Geografia – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma (SC), 2011.

BOTELHO, R. G. M. Bacias Hidrográficas Urbanas. *In*: **Geomorfologia Urbana**. (Org.). Antônio José Teixeira Guerra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 72-115.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Publicado no *DOU* de 02.09.1981.

_____. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Publicado no *DOU* de 11.07.2001.

_____. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. **Código Florestal brasileiro**. Publicado no *DOU* de 28.05.2012.

CARVALHO, C. G. de. **Introdução ao Direito Ambiental**. 4.ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.

CATANEO ZANINI, E. **Identificação e diagnóstico das áreas de risco geológico, do perímetro urbano no município de Orleans - SC**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Engenharia Ambiental e Sanitária – Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE), Orleans (SC), 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. (trad.). Magda Lopes. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MEDEIROS, F. L. F. de; ROCHA, M. H. da. **Como se preparar para o Exame da Ordem, 1ª fase: Ambiental**. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

MEIRELLES, H. L. **Direito Municipal Brasileiro**. 17 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**. 9 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

NATAL, D. ; MENEZES, R. M.T de ; MUCCI, J. L. N. Fundamentos de Ecologia Humana. *In*: PHILIPPI JR, Arlindo (Org.). **Saneamento, Saúde e Ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Barueri, SP: Manole, 2005. p. 57-86.

SANTOS, M. ; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUZA, D. C. **O meio ambiente das cidades**. São Paulo: Atlas, 2010.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Dados para contato:

Autor: Fábio Boeing

E-mail: fabio Boeing@unibave.net